

Cresce reação contra

Pais e alunos se mobilizam em todo o País

mensalidades escolares

para revogar decreto que deixou preços livres

Muitos alunos e pais de alunos de todo o País que estudam em escolas particulares não estão conseguindo pagar a primeira mensalidade — a preços liberados — deste semestre letivo. Em outras palavras, a maior parte dessas escolas já repassou integralmente para o bolso dos estudantes o aumento dos professores, além de outros custos e da URP. E, tudo isso, sobre uma base (a mensalidade de fevereiro) que já andava um tanto salgada, em especial para os assalariados, cujos reajustes vêm correspondendo apenas à URP (média geométrica da inflação).

Os altos valores que apareceram este mês nos carnês escolares, mais a dificuldade em checar os cálculos ou em reclamar contra preços que julgarem exorbitantes, estão levando pais e alunos a partirem por outros caminhos.

Em São Paulo, por exemplo, um abaixo assinado para instaurar ação civil pública pleiteando inconstitucionalidade do Decreto 95.720, que liberou os preços, já está correndo no meio estudantil e nas APM's de algumas escolas. Esses alunos e pais de alunos tomaram como base para pleitear sua inconstitucionalidade, dois pontos: 1) — O decreto transferiu para particulares uma função pública; 2) — O decreto altera os termos de um Decreto-lei (0532/69), o que, também, de acordo com os advogados, é inconstitucional.

Como você vê, a liberação dos preços deve trazer, ainda neste semestre, uma série de discussões e problemas. Mesmo porque, aqueles que não estão conseguindo arcar com as mensalidades que as escolas particulares estão cobrando não têm muitas saídas. Afinal, o decreto que liberou os preços saiu depois de encerrado o período de matrícula nas escolas públicas, o que eliminou a opção, por parte de pais e alunos, de solicitarem transferência para a rede oficial.